

Superior Tribunal de Justiça

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 3.135 - BA (2019/0280995-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA
ADVOGADOS : AMANDA PITA DE SOUZA COSTA - BA054256
LILA GONCALVES ALVES E OUTRO(S) - BA040205
MARIA CAROLINA ROCHA RIBEIRO DA SILVA - BA060859
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
INTERES. : SILVIO LEMOS PAIVA

DECISÃO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA (BA) requer a suspensão da sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 0000314-81.2012.8.05.0204 pelo Juízo da 1ª Vara dos Feitos Relativos à Relação de Consumo, Cível, Comercial, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho da Comarca de Irecê.

Na origem, o interessado impetrou o referido mandado de segurança contra suposto ato omissivo do prefeito do Município de Presidente Dutra. O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente o *writ* e concedeu a segurança pleiteada, determinando que o chefe do Poder Executivo procedesse ao correto enquadramento de vencimento do interessado, sob pena de multa diária.

Em face dessa decisão, o requerente formulou a Suspensão de Execução de Sentença n. 0018380-03.2016.8.05.0000 na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), cujo pleito foi indeferido pela então Presidente, Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago (fls. 22-23).

Irresignado, o requerente interpôs agravo interno nos autos do referido pedido suspensivo. Por sua vez, o Tribunal Pleno do TJBA negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 18):

AGRAVO INTERNO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA. DECISÃO QUE DETERMINA O ENQUADRAMENTO VENCIMENTAL DE UM ÚNICO SERVIDOR NO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO. LESÃO À ORDEM E ECONOMIA PÚBLICAS NÃO CONFIGURADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O pedido de Suspensão de Liminar caracteriza-se como instrumento previsto em lei para suspender a execução de liminares nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, no caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade e para

Superior Tribunal de Justiça

salvaguardar a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas.

2. Como destacado na decisão agravada, o Requerente não se desincumbiu de demonstrar que a medida determinada pelo Juízo a quo, de enquadramento dos vencimentos de um único servidor no Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do município de Presidente Dutra ocasiona lesão à ordem e economia públicas.

3. Agravo Interno não provido.

Daí o presente pedido de suspensão, em que o requerente argumenta que a manutenção da sentença proferida no aludido *mandamus* enseja grave lesão à ordem e à economia públicas.

Sustenta que a decisão que pretende ver suspensa "implica, necessariamente, no pagamento de valores pecuniários, o que é vedado, através da legislação federal, em sede de execução provisória de concessão de segurança" (fl. 8).

Alega que a decisão impugnada "representa interferência direta na gestão dos recursos municipais, prejudicando a formulação e execução de políticas públicas" (fl. 14), e que há "concreta possibilidade de extensão dos termos da decisão para outros servidores" (fl. 15).

É o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, não servindo o excepcional instituto como sucedâneo recursal para exame do acerto ou do desacerto da decisão impugnada (art. 4º da Lei 8.347/1992).

Frise-se que a lesão ao bem jurídico deve ser grave e iminente, devendo o requerente demonstrar, de modo cabal e preciso, tal aspecto da medida impugnada (STF, SS n. 1.185/PA, relator Ministro Celso de Mello, DJ de 4/8/1998; STJ, AgRg na SLS n. 845/PE, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJe de 23/6/2008).

Preliminarmente, verifico que a decisão ora impugnada já foi objeto de pleito suspensivo formulado na Presidência do TJBA, que indeferiu o pedido. No exame do agravo interno, o Tribunal Pleno compreendeu que "o requerente não se desincumbiu de demonstrar que a medida determinada pelo Juízo *a quo*, de enquadramento dos vencimentos de um único servidor no Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do município de Presidente Dutra ocasiona lesão à ordem e economia públicas" (fl. 21).

Superior Tribunal de Justiça

De igual modo, no pleito suspensivo ora examinado, constato que o requerente não demonstrou, de modo preciso e inequívoco, a alegada grave lesão à ordem e à economia públicas, não servindo a tanto simples assertivas de que a decisão impugnada "viola legislação federal" (fl. 9) ou de que afeta a gestão financeira da municipalidade (fl. 14).

Ademais, a questão de fundo – enquadramento de vencimento do interessado – é eminentemente jurídica, insuscetível, portanto, de ser examinada na via suspensiva.

Esclareça-se que a análise do mérito da causa originária não é atribuição jurisdicional da presidência da corte competente, salvo se relacionado com os requisitos da própria via suspensiva – direcionada à tutela dos preceitos previstos na legislação de regência. Um mínimo de juízo de delibação sobre a questão de fundo é possível quando se confunde com o exame da violação da ordem, da saúde, da segurança ou da economia públicas, hipótese que não é a dos autos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente